

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PARQUES ESTADUAIS PAULISTAS NO ÂMBITO DAS RECOMENDAÇÕES DE TBILISI

TOLEDO, Renata Ferraz de – FSP/USP

PELICIONI, Maria Cecília Focesi – FSP/USP

GE: Educação Ambiental / n.22

Agência Financiadora: CNPq

A Temática Ambiental e a Conferência de Tbilisi

Os movimentos ambientalistas, as conferências e encontros sobre Educação Ambiental, se multiplicaram à medida que os problemas ambientais também se agravaram, e principalmente quando estes começaram a afetar a qualidade de vida do ser humano.

A partir de 1972, quando realizou-se em Estocolmo, na Suécia, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, a Educação Ambiental passou a ser reconhecida como um importante meio para educar o cidadão na busca de soluções aos problemas ambientais. Até então, a preocupação em solucioná-los estava desvinculada de um processo educativo e poucos resultados eram então obtidos.

Aos poucos, eventos nacionais e internacionais começaram a estabelecer princípios e orientações para o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental.

Um documento de grande importância, usado até hoje como referência, com finalidades e orientações para o desenvolvimento da Educação Ambiental, foi elaborado na 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada de 14 a 26 de outubro de 1977, em Tbilisi, capital da Geórgia, CEI (Ex-URSS), organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em cooperação com o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - PNUMA. Por meio deste documento, definiu-se finalidades, objetivos e princípios para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, a saber:.

Segundo IBAMA (1998, p.108), são finalidades da educação ambiental estabelecidas pelo documento:

- a) ajudar a compreender claramente a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica em zonas urbanas e rurais;*

- b) *proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, atitudes, interesse ativo e aptidões necessários à proteção e melhoria do meio ambiente;*
- c) *recomendar novas formas de conduta aos indivíduos, grupos sociais e à sociedade como um todo, com relação ao meio ambiente.*

Dentre as categorias de objetivos destacam-se:

1. Consciência: *ajudar os grupos sociais e indivíduos a adquirirem uma consciência do meio ambiente global, sensibilizando-os para essas questões;*
2. Conhecimento: *ajudar os grupos sociais e indivíduos a adquirirem experiências diversas e uma compreensão fundamental do meio e problemas afins;*
3. Comportamento: *ajudar os grupos sociais e indivíduos a se comportarem de acordo com uma série de valores e a criarem interesse e preocupação em relação ao meio ambiente, motivando-os de tal maneira que possam participar ativamente sua melhoria e proteção;*
4. Aptidões: *ajudar os grupos sociais e indivíduos a adquirirem as atitudes necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;*
5. Participação: *proporcionar aos grupos sociais e indivíduos a possibilidade de participarem ativamente de tarefas voltadas para a solução dos problemas ambientais* (IBAMA 1998, p.109).

Foram definidos também, de acordo com IBAMA (1998) princípios diretores da educação ambiental, tais como:

- ✓ Considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo ser humano;
- ✓ Constituir um processo contínuo e permanente;
- ✓ Adotar um enfoque interdisciplinar;
- ✓ Examinar as principais questões ambientais locais, nacionais, regionais e internacionais;
- ✓ Considerar a perspectiva histórica das questões ambientais;
- ✓ Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional, internacional, com vistas à prevenção e solução dos problemas ambientais;
- ✓ Considerar os aspectos ambientais nos planos do desenvolvimento e crescimento;

- ✓ Incentivar a participação dos estudantes;
- ✓ Estabelecer uma relação, para estudantes de todas as faixas etárias, entre sensibilização pelo meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, o esclarecimento de valores e aptidão para resolver os problemas, com ênfase especial nas suas próprias comunidades;
- ✓ Ajudar os estudantes a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- ✓ Desenvolver um sentido crítico e aptidões necessárias para a solução desses problemas;
- ✓ Utilizar vários ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para a comunicação e a aquisição de conhecimentos sobre o meio ambiente, ressaltando atividades práticas e experiências pessoais.

A Pesquisa sobre os Programas de Educação Ambiental nos Parques Estaduais Paulistas

Esta pesquisa realizou-se entre os anos 2000 e 2002, procurando-se identificar e analisar os programas de educação ambiental desenvolvidos nos parques estaduais paulistas.

Neste período, o Instituto Florestal da Secretaria Estadual de Meio Ambiente gerenciava 29 Parques Estaduais (considerando os 8 núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar separadamente). Porém, a pesquisa realizada analisou programas de apenas 18 parques, uma vez que, 6 não possuíam programa de educação ambiental e em 5 a pesquisa não foi respondida.

A população de estudo foi constituída por gestores e responsáveis pelos programas. Utilizou-se o método "survey", metodologia quali-quantitativa que permite investigar e descrever uma situação, e pode ser utilizada em todas as áreas do conhecimento.

Para a coleta de dados nos Parques Estaduais que desenvolviam Programas de Educação Ambiental, utilizou-se como principal instrumento, o questionário, contendo questões abertas e fechadas, permitindo que se faça uma análise quali-quantitativa das informações obtidas. Após ter sido pré-testado, este foi enviado pelo correio, uma vez que os Parques Estaduais encontram-se em áreas geográficas dispersas neste Estado.

Para complementar a coleta de dados, alguns Parques Estaduais Paulistas foram visitados, utilizando-se também como instrumentos de pesquisa a observação sistemática, por meio de um roteiro elaborado para o registro das observações.

A análise dos dados levantados na pesquisa foi feita por meio do método de Análise de Conteúdo, desenvolvido por Bardin (1977), que deve levar em consideração as significações dos diversos conteúdos e procurar conhecer aquilo que está por trás das palavras, ou seja, buscar realidades através das mensagens. Para isso, deve-se seguir três etapas propostas no método: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial (BARDIN 1977).

Na pré-análise faz-se uma leitura geral dos dados, seguida de uma organização do material coletado, por meio de algumas técnicas. Na descrição analítica, faz-se um estudo aprofundado dos dados, orientado pelas hipóteses e referências teóricas. Faz-se também nesta etapa, a codificação e categorização dos dados quando necessário, buscando-se sínteses coincidentes e divergentes de idéias. Na interpretação inferencial, faz-se uma reflexão dos dados com embasamento teórico, procurando estabelecer relações (BARDIN 1977).

Os Programas de Educação Ambiental e as Recomendações de Tbilisi

Analisando-se resultados da pesquisa quanto aos objetivos dos programas, aos temas abordados, ao uso e ao entendimento da interdisciplinaridade, a participação da comunidade, e quanto às representações de meio ambiente dos gestores e responsáveis pelos programas, procurou-se identificar se estes estão de acordo com as orientações da Conferência de Tbilisi.

Objetivos dos Programas de Educação Ambiental

De acordo com a pesquisa realizada, os programas de Educação Ambiental analisados tinham objetivos bastante abrangentes, os quais foram agrupados em 9 categorias:

- proteger a unidade de conservação;
- envolver a comunidade local e valorizar sua cultura;
- proporcionar o contato direto com a natureza;
- desenvolver uma postura crítica e buscar soluções para os problemas ambientais;
- proteger os recursos naturais;

- desenvolver atividades com alunos e professores;
- desenvolver projetos de capacitação;
- melhorar a qualidade de vida da população;
- desenvolver o conhecimento e o exercício da cidadania.

Dentre essas categorias, a que mais se destacou foi despertar o interesse pela proteção dos recursos naturais, já que esteve freqüente em um maior número de respostas.

Lembrando-se dos objetivos definidos na Conferência de Tbilisi - despertar consciência, desenvolver conhecimentos, comportamentos adequados e aptidões necessárias para buscar soluções aos problemas ambientais por meio da participação ativa da população - podemos observar, que estes objetivos estão de certa forma, contemplados nas categorias de respostas apresentadas, porém, não devem ser buscados isoladamente, mas sim, como parte de um processo educativo contínuo que resulte em ações e práticas transformadoras.

Formular os objetivos de um programa de educação ambiental não é tarefa fácil, porém são estes que irão definir as atividades a serem desenvolvidas no decorrer do programa. Assim, deve-se lembrar que em se tratando de um processo educativo, deve-se ter claro quais os objetivos educacionais a serem atingidos a longo prazo, para que depois os objetivos mais específicos do programa possam ser definidos, os quais devem apresentar-se de forma bastante clara e serem passíveis de realização.

Sendo estes programas desenvolvidos em unidades de conservação, deve-se considerar a realidade local e as necessidades da população alvo, que embora na maioria das vezes sejam bastante variadas, nem sempre têm sido consideradas.

Para ROCHA (1997), os programas de educação ambiental em unidades de conservação devem ter objetivos específicos de acordo com a realidade de cada área natural protegida, mas devem sempre contar com o apoio público, servindo como instrumento para a sua participação, assim como criar melhores canais de comunicação entre a unidade de conservação e a população, além de promover o reconhecimento quanto a importância destas áreas.

O termo conscientizar/conscientização apareceu várias vezes nos objetivos dos programas de educação ambiental dos Parques Estaduais Paulistas. Observa-se que “conscientizar as pessoas” tornou-se uma expressão de senso comum, como se a

consciência precisasse ser adquirida como algo externo ao ser humano. Para FREIRE (1996), “em lugar de estranha, a conscientização é natural ao ser que, inacabado se sabe inacabado” (p.60).

Assim, sabe-se que os seres humanos estão inseridos em uma realidade histórica, social e cultural, e a conscientização só ocorrerá a partir de uma reflexão crítica voltada para a “práxis”, dando condições para que os sujeitos possam transformar essa realidade.

Temas abordados nos Programas de Educação Ambiental

Com relação aos temas abordados nos Programas de Educação Ambiental, as respostas correspondentes aos 18 Parques Estaduais Paulistas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Unidades de Conservação, como normas para visitas;
- Aspectos físicos e recursos naturais, como mata atlântica, fauna, água, entre outros;
- Problemas ambientais, como desmatamento, poluição, erosão, entre outros;
- Comunidades do entorno, como o modo de vida tradicional, pesca, caça, entre outros;
- Temas variados, como desenvolvimento sustentável, preservação, entre outros.

De acordo com QUINTAS (2000), “o modo como um determinado tema é abordado em um projeto de educação ambiental, define nesse amplo contexto, tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental que estão sendo assumidos na proposta” (p.29).

A grande variedade de temas desenvolvidos nos Programas de Educação Ambiental dos Parques Estaduais Paulistas, demonstram o quanto abrangente pode ser esta temática, podendo ser trabalhada dentro dos mais variados contextos. Porém, vale lembrar que as unidades de conservação possuem características particulares, podendo desenvolver temas ligados à realidade de cada uma delas.

Os temas relacionados aos ecossistemas e aos recursos naturais, como as características da Mata Atlântica, fauna, flora, biodiversidade, recursos hídricos, unidades de conservação, além de danos ao meio ambiente, como a poluição, o desmatamento, o destino inadequado do lixo, entre outros foram os assuntos mais abordados nos programas de educação ambiental.

Um levantamento nacional feito pelo Ministério do Meio Ambiente, demonstrou que em 1997, mais de 70% dos projetos de educação ambiental realizados no Brasil, estavam voltados para a sensibilização e para trabalhos comunitários. Os 30% restantes, eram realizados nas escolas, tendo como principal objetivo a sensibilização da criança através de atividades extra-classe, sendo a problemática dos resíduos sólidos o principal tema de trabalho (MMA/MEC 1997).

Dentre as Recomendações de Tbilisi está o entendimento da interdependência econômica, social, política e ecológica das questões ambientais, e a compreensão do meio ambiente em sua totalidade. Assim, os programas de educação ambiental desenvolvidos em unidades de conservação, não devem reduzir sua temática apenas à assuntos ligados aos aspectos naturais, uma vez que a própria complexidade dos problemas ambientais envolvem também aspectos econômicos, políticos e sociais.

Como afirma LEFF (2001), “deve-se educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem” (p.256).

Dessa forma, os temas desenvolvidos nos programas de educação ambiental dos Parques Estaduais Paulistas, devem também abranger questões sociais, políticas e culturais, que auxiliem na busca de soluções aos problemas ambientais e no entendimento da complexas relações estabelecidas entre os seres humanos e destes com o meio em que vivem.

A Interdisciplinaridade nos Programas de Educação Ambiental

A maioria das respostas indicou que os temas foram abordados de forma interdisciplinar nos programas de educação ambiental dos Parques Estaduais Paulistas, citando as formas como isso ocorreu, as quais puderam ser agrupadas em 5 categorias:

- realização de atividades conjuntas com escolas;
- integração de temas ligados ao meio ambiente;
- atividades lúdicas e de sensibilização;
- participação de profissionais de várias áreas do conhecimento na organização e realização das atividades do programa.;
- utilização dos Parâmetros Curriculares Nacionais e os temas transversais.

Percebe-se, de acordo com as respostas, que algumas pessoas possuem ainda uma visão equivocada da interdisciplinaridade, resumindo sua prática em atividades extra-classes ou simplesmente na abordagem fragmentada de temas ligados ao meio ambiente. Ao contrário disso, a Conferência de Tbilisi propõe que os programas de educação ambiental adotem um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo a adquirir uma perspectiva global das questões ambientais.

Nesse sentido, PHILIPPI Jr, PELICIONI e COIMBRA (2000), lembram que "a Educação Ambiental é muito mais do que o ensino ou a defesa da Ecologia, é um processo voltado para a apreciação crítica da questão ambiental sob a perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural, política e, naturalmente, ecológica, isto exige, portanto uma abordagem interdisciplinar" (p.182).

No Levantamento Nacional sobre projetos de educação ambiental, realizado em 1997 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA a interdisciplinaridade foi apontada como característica metodológica, em apenas 4% dos projetos de educação ambiental. Para SILVA (2000), a pesquisa mostrou uma falta de preocupação com os modos de produção do conhecimento e seus diferentes pressupostos.

Por outro lado, LEFF (2001) lembra do avanço teórico, epistemológico e metodológico da interdisciplinaridade, no campo investigativo de projetos educativos, principalmente no âmbito universitário e nos programas de formação ambiental que surgiram nos anos de 1980. Porém, devido a dificuldade de integrar os paradigmas do conhecimento e das resistências pedagógicas, em sua atuação prática, muitos desses projetos fracassaram.

Para o autor, "a interdisciplinaridade ambiental não é o somatório nem a articulação de disciplinas; mas também não ocorre à margem delas, como seria colocar em jogo o pensamento complexo fora dos paradigmas estabelecidos pelas ciências. A Educação Ambiental requer que se avance na construção de novos objetos interdisciplinares de estudo através do questionamento dos paradigmas dominantes, da formação dos professores e da incorporação do saber ambiental emergente em novos programas curriculares" (LEFF 2001, p.240).

Os temas transversais, (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural) propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, apontados em algumas respostas, pretendiam contribuir para o aprimoramento das

discussões em sala de aula e melhorar a qualidade do ensino. Muitos projetos educativos no país têm procurado incorporar também esta proposta.

Para LOUREIRO (2002), uma das falhas dos processos educativos denominados “transversais” reproduzidos na educação ambiental, é que eles acabam deixando de lado a dimensão política da educação, e limitando-se muitas vezes à instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica.

REIGOTA (2000), lembra que o PCN, é um modelo vindo da Espanha, e que muitos profissionais brasileiros ficaram surpresos com a proposta de se incluir o tema “Meio Ambiente” em suas atividades, já que muitos deles já vinham fazendo isso há muito tempo.

Uma das críticas que tem sido feita por diferentes autores, é que mais uma vez a abordagem dos temas transversais traz idéias fragmentadas, isto é, separa ética de meio ambiente, saúde de educação sexual, impedindo o entendimento dessas questões.

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas, a interdisciplinaridade deve estar sempre presente nos projetos de Educação Ambiental, já que estes se propõem a integrar os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos, não limitando sua temática aos aspectos naturais. As dificuldades em se atuar na prática, devem ser superadas através de capacitação técnica, e de muita pesquisa e intervenção participativa.

Envolvimento das Comunidades Locais nos Programas de Educação Ambiental

As comunidades locais e do entorno dos Parques Estaduais Paulistas estavam envolvidas nos programas de educação ambiental de diversas maneiras, de acordo com as respostas dadas. Isso ocorreu com maior frequência, nos cursos de capacitação oferecidos pelos Parques, para que as pessoas da comunidade pudessem atuar como monitores ambientais. Segundo informações de respondentes de alguns Parques, os monitores que aí trabalhavam eram moradores da comunidade, como no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), no Parque Estadual da Ilha Anchieta, no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba e no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Em alguns Parques realizaram-se eventos com a comunidade, como oficinas de arte-educação no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba e exposição de trabalhos de artesãos da região no Parque Estadual da Ilha Anchieta. As escolas do entorno também foram incentivadas a participarem do programa de educação ambiental

de alguns Parques, como é o caso do Projeto “Cananéia tem Parque” do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. A comunidade também foi convidada a participar de eventos e festas comemorativas no PETAR, no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão e no Núcleo Cunha-Indaiá.

No Parque Estadual de Porto Ferreira, foram realizados debates com a comunidade procurando mostrar a importância da Unidade de Conservação, buscando-se apoio para a implantação de infra estrutura básica. Já o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba realizou um trabalho comunitário de limpeza de um rio que atravessa um bairro próximo e também passa pela unidade de conservação.

Nos Parques Estaduais da Ilha do Cardoso e Campina do Encantado foram citadas a participação da comunidade nos Comitês de Apoio à Gestão.

No Parque Estadual da Cantareira um dos respondentes considerou que “devido aos limites urbanos não cabe o conceito de comunidade local”.

Como se vê, o envolvimento com a comunidade por meio dos programas de educação ambiental, em alguns Parques Estaduais, beneficia a comunidade, em outros, as atividades realizadas beneficiam muito mais a própria unidade de conservação. É evidente no entanto, que direta ou indiretamente, a curto ou a longo prazo, tanto a comunidade, quanto os Parques Estaduais serão beneficiados com esta participação.

Dentre os objetivos propostos na Conferência de Tbilisi para o desenvolvimento da educação ambiental, está a participação ativa dos grupos sociais e indivíduos em tarefas que visem a busca de soluções aos problemas ambientais. Sabe-se, que problemas localizados acabam muitas vezes tendo uma abrangência regional e até nacional, assim, quando busca-se a solução de problemas de determinada comunidade, fazendo-se com que seus integrantes se envolvam neste processo, maiores resultados são obtidos e contribui-se também para a melhoria da qualidade de vida de um grande número de coletividades.

Para CAPOBIANCO (1990), para que um programa desenvolvido junto à população seja considerado educativo, as conquistas devem ser fruto da ação e organização das comunidades, a fim de que possam lutar por condições dignas de vida.

No entanto, as comunidades que vivem no entorno das unidades de conservação, possivelmente não têm se sentido suficientemente mobilizadas para se organizarem e lutarem por seus direitos, uma vez que já foram afastadas destas áreas com a justificativa de que sem a presença humana, a área natural estaria protegida.

As iniciativas, portanto, precisam muitas vezes partir dos responsáveis pelos programas desenvolvidos nestas áreas, procurando é claro, atender às necessidades reais da população, considerando que o envolvimento destas comunidades nos programas de educação ambiental pode ser um importante instrumento para atender a estas mesmas necessidades.

As áreas naturais podem estar melhor protegidas com o envolvimento das comunidades do entorno e da população em geral, pois como afirma DIEGUES (1998), “a diversidade biológica pode ser melhor conservada se aliada à proteção da diversidade sociocultural” (p.7).

As Representações de Meio Ambiente

Os programas de educação ambiental dos Parques Estaduais Paulistas, ao abordarem o meio ambiente com os visitantes enfatizavam diversos aspectos, os quais foram agrupados em 4 categorias:

- lugar onde vivemos;
- integração do ser humano com a natureza;
- aspectos naturais;
- visão utilitarista.

O meio ambiente foi definido de diversas maneiras pelas pessoas que atuavam nos Parques Estaduais Paulistas, caracterizando este termo como uma representação social, onde estão presentes os valores, as referências e as práticas cotidianas dos respondentes, diferenciados cultural e socialmente.

Identificar as representações de meio ambiente das pessoas envolvidas nos programas de educação ambiental é fundamental para que as atividades possam ser planejadas e desenvolvidas adequadamente, de acordo com as necessidades de cada área natural protegida.

Segundo os princípios diretores da educação ambiental estabelecidos nas Recomendações de Tbilisi, deve-se considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo ser humano, tecnológicos, sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais.

De acordo com REIGOTA (1995), meio ambiente "é o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em

interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído" (p.14).

Durante algum tempo, perdurou uma visão fragmentada do meio ambiente, enfatizando-se apenas os aspectos naturais, a qual parece estar sendo superada pela maioria das pessoas dispostas a promover a educação ambiental. Uma compreensão integrada do meio ambiente é fundamental para buscar as raízes dos problemas socioambientais e para o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Considerações Finais

A gravidade da problemática ambiental e social enfrentada na atualidade, confirma cada vez mais a importância da educação ambiental na alteração desse quadro. Entretanto, as mudanças não ocorrerão apenas por meio da conscientização das pessoas, é preciso formar cidadãos críticos e capacitados para buscar também soluções práticas que possam alterar significativamente a realidade.

Para auxiliar neste processo, sugere-se que as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, sejam referência para o desenvolvimento de práticas educativas ambientais, dentro dos mais variados contextos, incluindo as atividades e os programas realizados em unidades de conservação.

A Educação Ambiental, portanto, deve ser um processo contínuo de construção da cidadania, possibilitando que os indivíduos e a coletividade conscientes, possam atuar na busca de soluções para os problemas que afetam a todos. Para que isso ocorra, a capacitação técnica por meio da construção de conhecimentos, da formação de atitudes e de habilidades, objetivos da Educação Ambiental propostos no referido documento, devem estar voltados para o desenvolvimento de ações que garantam a sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

Bardin L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Capobianco JP. Conservação de Remanescentes Florestais através da Educação Ambiental. In: **Anais do 6º Congresso Florestal Brasileiro**, 1990. Campos de Jordão – SP, v.3, SP:SBS, sbef, p. 200-204.

Diegues ACS. A questão sociocultural nas áreas naturais protegidas. **Debates Socioambientais** 1998, ano III, n.9, p.6-8.

Freire P. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa.** 24^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi.** Brasília, IBAMA, 1998.

Leff E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Loureiro CFB. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: : Loureiro CFB et al (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 69-98.

[MMA/MEC] Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ Ministério da Educação e do Desporto. **Relatório: levantamento nacional de projetos de educação ambiental.** Brasília (DF), 1997.

Philippi Jr A. Pelicioni MCF. Coimbra JAA. Visão de Interdisciplinariedade na Educação Ambiental. In: Philippi Jr A e Pelicioni MCF (editores). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. NISAM: Signus Editora, 2000. p.178-185.

Quintas JS. Considerações sobre a Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental. In: Philippi Jr A e Pelicioni MCF (editores). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. NISAM: Signus Editora, 2000, p. 28-32.

Reigota M. **Meio Ambiente e Representação Social.** São Paulo: Cortez; 1995.

Reigota M. Educação Ambiental: Compromisso Político e Competência Técnica. In: Philippi Jr A e Pelicioni MCF (editores). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. NISAM: Signus Editora, 2000, p. 33-35.

Rocha LM. Unidades de Conservação e Organizações Não Governamentais em parceria: programas de educação ambiental. In: Pádua SM e Tabanez MF (orgs.). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ; 1997, p. 237-245.

Silva DJ. Método da Educação Ambiental Brasileira. In: Philippi Jr A e Pelicioni MCF (editores). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. NISAM: Signus Editora, 2000, p. 60-64.